



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NUM COLÉGIO PÚBLICO ESTADUAL  
NO NÚCLEO FERROVIÁRIO, SALVADOR-BA**

**Valdinea da Silva Marinho<sup>1</sup>**

**Prof.<sup>a</sup> M.Sc. Maria Bernadete Cerqueira<sup>2</sup>**

**RESUMO:** Este Artigo busca refletir a respeito da importância da Educação Ambiental no Colégio Estadual Monteiro Lobato, localizado no núcleo ferroviário (bairro de Vista Alegre), Salvador-Ba. Destaca-se que esta unidade escolar estadual atende a uma clientela do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, no turno diurno e classes de Educação de Jovens e Adultos (EJA) com os tempos formativos correspondentes ao fundamental II (6º ao 9º), e ensino médio no turno noturno. A metodologia insere-se numa abordagem qualitativa descritiva. O seu objetivo é sugerir a implantação de um Plano de Ação sobre Educação Ambiental, que contemple todos os cursos e turnos no próximo ano letivo de 2011. Busca-se a participação de todo corpo docente e corpo discente, administrativo e pedagógico, para a realização desta tarefa educativa. Pretende-se contribuir com a comunidade escolar, possibilitando a disseminação de aprendizagem e conhecimento sobre educação ambiental de forma interdisciplinar.

**Palavras-chave:** Aluno, Educação Ambiental, Colégio.

**ABSTRACT:** This Article aims to reflect on the importance of environmental education at State College Monteiro Lobato, located in the core rail (the Vista Alegre neighborhood), Salvador-Ba. It is noteworthy that this unit school state serves a clientele of the Elementary and Middle School, on the day shift and classes for Youth and Adults (EJA) at the time training corresponding to the fundamental II (6th to 9th), and education middle school at night. The methodology, part of a qualitative descriptive approach. Its purpose is to suggest the deployment of an Action Plan on environmental education, covering all courses and shifts in the next academic year 2011. Search the participation of all faculty and student body, administrative and educational support in carrying out this educational task. Intends to contribute to the school community, enabling the dissemination of learning and knowledge about environmental education in an interdisciplinary way.

**Key words:** Student, Environmental Education, College.

<sup>1</sup> Licenciada em Ciências Biológicas da Universidade Católica do Salvador.

<sup>2</sup> Pedagoga Organizacional, Mestra em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social, Professora do Instituto de Ciências Biológicas e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Católica do Salvador.

<sup>3</sup> Universidade Católica do Salvador. Av. Profº Pinto de Aguiar, 2589, Pituçu, CEP: 41740-090, Salvador, Bahia, Brasil. [valdineamarinho@hotmail.com](mailto:valdineamarinho@hotmail.com)

## **INTRODUÇÃO**

A Educação Ambiental (EA) é o processo de mudança de atitude da população em relação ao meio ambiente, que não se refere só à natureza, mas, a todo local onde estamos inseridos que ocorre num processo de aprendizagem permanente a todas as formas de vida. A EA pode ser classificada como formal, não-formal e informal a depender do modelo como é exercida. A educação formal é aquela exercida como atividade escolar praticada dentro ou fora da sala de aula, sendo claramente definida e planejada. Por exemplo, quando professores e alunos comemoram o dia do meio ambiente ou uma escola leva grupos de alunos a parques, realiza trilhas ecológicas.

Já a modalidade de educação não-formal é exercida fora da sala de aula em variados espaços da vida social em contato com outros atores sociais, atuando nas questões ambientais. É uma modalidade pouco registrada mais muito exercida por Sindicatos, ONGs, Associações de Classe, Igrejas e outras instituições, sendo rica em parcerias, por exemplo, cursos e seminários sobre a questão ambiental promovidos por instituições governamentais.

A educação informal também é realizada em variados espaços da vida social, mas não possui compromisso, necessariamente, com a continuidade, não sendo claramente definida. Por exemplo, os meios de comunicação escrita e falada têm enfatizado, atualmente, os temas ambientais, alguns canais de TV produzem programas sobre esses temas.

A EA tem sido vista como uma prática de formação de cidadania e reformulação de valores éticos e morais, individuais e coletivos para a sobrevivência no planeta, para formar cidadãos com consciência local e planetária. Para que haja um trabalho sobre educação ambiental é importante que desperte a consciência, o diálogo, o respeito à diferença e a interdisciplinaridade. Quando se fala em interdisciplinaridade no Brasil há uma referência específica a escola e ao processo ensino-aprendizagem.

Dessa forma, a EA deve estar presente em todas as disciplinas e atividades escolares, pois a informação e a educação são de fundamental importância para a população, sendo o caminho para alterar a atual degradação que está ocorrendo em nosso país. Assim, a falta de informação adequada sobre esse tema tem aumentado o impacto da ação humana sobre o meio ambiente, o que observamos através da poluição do ar, da poluição água, da contaminação do solo, comprometendo assim, a saúde humana.

No Brasil, o estudo sobre EA e o acesso a informações está bem difundida, entretanto, em algumas escolas é ainda muito escasso, superficial ou inexistente. A escola por

ser o local onde se forma cidadãos, necessita multiplicar e trabalhar EA visando à melhoria da qualidade das pessoas. Segundo Dias (2004) é evidente a importância de se educar os futuros cidadãos, para que se possa agir de forma responsável, com sensibilidade, conservando o ambiente saudável no presente para o futuro.

Carvalho (1992) colabora com essa afirmativa, dizendo que a EA deve ser uma atividade contínua, voltada para a participação social, e solução de problemas ambientais, levando o aluno a ação e reflexão, visando à mudança de valores, atitudes e comportamentos sociais, assim há uma necessidade na mudança de comportamento da população.

Ao constatarmos que o Colégio Estadual Monteiro Lobato, localizado no Núcleo Ferroviário na cidade do Salvador-Ba, não possui nenhum roteiro específico que evidencie estudos sobre EA, pretende-se criar um Plano de Ação cujo objetivo principal será surgir a implantação da EA como atividade socializante em todas as séries e níveis ali existentes.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

### **Aspectos Legais e Históricos**

Podemos considerar os aspectos legais e históricos da EA, a partir dos estudos teóricos que realizamos para a construção deste artigo. Dessa forma, Sureda e Colom (1989) definem que EA veio progressivamente emergindo através da própria prática escolar, pois, tem sido valorizado como referência de aprendizagem. Os autores, Novo Villaverde (1988) e Caride Gómez (1989) partem do significado do ambiente como recurso e conteúdo integrante do processo educativo, acentuando o surgimento da EA no contexto da crise do meio ambiente.

Entre o final do século XIX e a metade do século XX, houve uma crescente preocupação com a proteção da natureza, frente à revolução industrial e o avanço da tecnologia, tendo como culminância a primeira Conferência das Nações Unidas (ONU) realizada em 1949 sobre os problemas do meio ambiente. Nesta época, segundo publicações da Organização das Nações Unidas para a Educação, Cultura e Ciência (UNESCO), 24 (vinte e quatro) países já se empenhavam em programas de EA.

Após a Conferência da ONU, ocorreu uma reunião internacional, onde houve a primeira conferência internacional sobre educação ambiental, realizada no período de 14 a 26 de outubro de 1975 em Tbilisi, na Geórgia, organizada pela UNESCO (DIAS, 2004). Essa conferência lançou um chamamento aos estados membros, para que incluíssem na prática de EA, medidas visando incorporar diretrizes e atividades ambientais em seus sistemas. Convidou autoridades em educação para incorporar trabalhos de reflexão, pesquisa e

inovação, com respeito à EA, em todos os aspectos que compõem a questão ambiental, ou seja, aspectos políticos, sociais, éticos, econômicos, culturais e ecológicos.

A EA deve desenvolver ações que permitam preparar o indivíduo e a sociedade para o paradigma *desenvolvimento sustentável* que diz manter o ambiente saudável para a presente e futura geração. O Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) define a EA como um processo de formação e informação, orientado para o desenvolvimento da consciência sobre as questões ambientais.

Assim sendo, todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal, devendo ser “atividade contínua, com caráter interdisciplinar, com um perfil pluridimensional, voltada para a participação social e para a solução de problemas ambientais, visando a mudança de valores, atitudes e comportamento sociais” (FRACALANZA, 2004).

O Brasil é o único país da América Latina que tem uma política nacional específica para a EA, sendo uma grande conquista política. Instituiu a Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999. Consta no seu art. 1º, a definição de “educação ambiental como processo por meio do qual os indivíduos contraem valores sociais, conhecimento, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e da sustentabilidade”.

O art. 2º “estabelece a educação ambiental como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter, formal e não formal”.

Em relação ao art. 3º, este diz que todos têm direito à educação ambiental, incumbindo as instituições educativas em promover a educação ambiental, aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), promover ações de educação ambiental e a sociedade como um todo manter a atenção permanente de formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

Para que isso ocorra deve haver um planejamento ambiental com ações que visem utilizar os instrumentos jurídicos de competência de cada município. Assim, consta no art. 225 da Constituição Federal que “a preocupação e as ações visando à preservação do meio ambiente não podem mais ser responsabilidade de um setor do poder público, mas sim se trata de política geral a ser garantida pelas ações e execuções na atuação das mais diversas políticas

públicas”. Portanto, a promoção da EA como responsabilidade do poder público está previsto expressamente na sua Carta Magna.

A política nacional do meio ambiente (Lei 6. 938/81) dentro dos itens propostos salienta , no seu título I, que cumpre ao poder público, nos seus diferentes níveis de governo:

- I – manter a fiscalização permanente dos recursos ambientais, visando à compatibilização do desenvolvimento econômico com a proteção do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;
- IV – incentivar o estudo e a pesquisa de tecnologias para o uso racional e proteção dos recursos ambientais utilizando nesse sentido os planos e programas regionais ou setoriais de desenvolvimento industrial e agrícola;
- VII – orientar a educação em todos os níveis para a participação ativa do cidadão e da comunidade na defesa do meio ambiente cuidando para que os currículos escolares das diversas matérias obrigatórias contemplem o estudo da ecologia.

Na esfera do governo federal, a Lei 9.795 de 27 de abril de 1999, citada anteriormente, sobre a educação ambiental, institui a sua política nacional afirmando que “cabe as instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem”. Apesar dos dispositivos legais algumas escolas públicas e particulares ainda não assinalaram ou não entenderam como deve inserir a EA em seus programas.

## **ASPECTOS GEOPOLITICOS E SOCIAIS DO NÚCLEO FERROVIARÍO**

### **Contextualizando o Bairro**

Vista Alegre de Coutos está inserida no subúrbio ferroviário do Salvador-Ba, neste bairro está situado o colégio *lócus* da pesquisa para esse artigo, o qual se caracteriza pela subdivisão em três segmentos: dois núcleos de prédios de conjuntos residenciais e um terceiro formado por cerca de 300 casas, onde cada um desses conjuntos tem uma representação comunitária.

A história do nome Vista Alegre vem da visão que se tem do alto de suas colinas, conforme (fig.1) de onde se admira a enseada de Tubarão, que precede a enseada de Paripe, na Baía de Todos os Santos. Sem uma estrutura organizacional de serviços para a comunidade em Vista Alegre, não há farmácia, supermercado, nem agência bancária. O comércio se restringe a pequenos estabelecimentos bem diferentes de outros centros do subúrbio onde a atividade comercial é mais movimentada.

A dificuldade de transporte é o principal problema do bairro, pois possui poucas linhas de ônibus que não atende à demanda. Em relação à educação conta apenas um colégio, e o bairro não oferece opção de lazer para os seus moradores. Quanto à saúde em decorrência da falta de estrutura no quesito saneamento básico, o que contribui para o surgimento de graves problemas de saúde para quem mora e trabalha no bairro, a exemplo da dengue.



**Figura 1: VM/2010**

Pela escassez de saneamento básico, Vista Alegre conta com programas de saúde da família funcionando graças a enfermeiros e agentes comunitários que trabalham em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) que tem trazido estagiários para realizar trabalhos multidisciplinares com os alunos do turno diurno do Colégio Estadual Monteiro Lobato. O bairro é formado por uma população carente, onde a maioria sobrevive graças à atividade informal, principalmente, como vendedores ambulantes, atividade também exercida por alguns alunos do colégio (BAHIA, 2009).

### **Caracterizando a Unidade Escolar**

Inaugurado em junho de 1988, o Colégio Estadual Monteiro Lobato, inicialmente, atendia a crianças em idade pré-escolar, atualmente, funciona nos três turnos: matutino o ensino fundamental (6º á 9º ano) e o ensino médio; vespertino apenas o ensino fundamental (6º á 9º ano) e no noturno é ofertado a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Faz parte da

Diretoria Regional de Educação (DIREC 1b), órgão responsável por gerenciar ações específicas em escolas estaduais localizadas no Núcleo Ferroviário do Salvador.

A clientela do colégio é formada por pessoas da própria comunidade, na faixa etária de 10 a 25 anos no turno diurno, e trabalhadores na faixa etária entre 18 a 60 anos, que freqüentam (EJA) no turno noturno para aceleração dos seus estudos. O colégio também atende as comunidades circunvizinhas que são as invasões do Congo, Nova Constituinte, Bate Coração e Iraque, e aos bairros de Alto de Coutos e Parque Setúbal, a única opção do bairro para que os moradores possam cursar o ensino médio.

O colégio, conforme (fig. 2) é uma instituição vinculada a Secretaria de Estado da Educação (SEC) e é constituído por treze salas de aula, ocupadas por 13 turmas, em cada turno. Outras dependências: uma biblioteca, uma sala de informática, uma cantina onde a merenda é oferecida e adquirida com recursos do Programa Nacional de Alimentação (PENAI). Ainda comporta um almoxarifado, um depósito, dependência para arquivo, salas destinadas a direção, vice-direção e professores, dois banheiros para funcionários, três banheiros para alunos, quatro bebedouros e portaria.



**Figura 2: VM/2010**

Em termos de equipamentos didáticos e pedagógicos, o colégio possui xérox, DVD, televisores, vídeo, retroprojeter, microsystem, mapas, datashow. Possui, em sua organização administrativo-pedagógica, um diretor, três vices-diretores e duas coordenadoras, uma no turno vespertino com 20 horas também leciona no noturno para as turmas do EJA com filosofia, sociologia e história e a coordenadora do noturno só possui 20 horas, ambas formadas em pedagogia e concursadas para esta função.

Os professores são habilitados por formação, sendo que 35 são efetivos do quadro do magistério estadual, 07 contratados, pertencem ao Regime de Direito Administrativo (REDA), 03 são Prestadores de Serviços Temporários (PST) e 04 estagiários. Alguns desses servidores possuem 40 horas em sua carga horária de trabalho, completa assim, o quadro, com 50 professores, 49 funcionários e 1468 alunos.

Quanto aos funcionários, é um contingente de efetivos, REDA e de empresas terceirizadas que atuam nos três turnos na secretaria, cantina, limpeza, e portaria. O colégio atendendo as normas orientadoras da legislação educacional possui um colegiado escolar, conselho de classe, realiza reunião de pais e mestres, atividades de coordenação (AC), reuniões gerais, orientando seus trabalhos através do projeto pedagógico (BAHIA, 2009). Segundo informações do diretor, não existe registro de atividades programadas que contemplem a EA, portanto com a presente proposta na nossa visão de Bióloga, pretendemos implantar um plano de ação com abrangência para toda a unidade escolar integrando atividades pedagógicas com foco em EA.

## **DESAFIOS EDUCACIONAIS VIGENTES**

### **A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996**

No dia 20 de dezembro de 1996, foi decretada a Lei nº. 9.394/96 e veio para estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional (LDB, 1996). É um documento que garante que toda manifestação cultural, no ambiente familiar, no trabalho, na convivência humana, nos movimentos sociais além das instituições de ensino e pesquisa tem a abrangência da educação. Todos estes processos são formativos, pois, constrói o ser humano e prepara-o para ser cidadão dentro de uma sociedade.

Menciona que a educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualidade para o trabalho (LDB,

1996). Assim sendo, todos nós temos responsabilidade com a formação de gerações futuras. Devendo haver uma sintonia com os governos municipal, estadual e federal.

Dessa forma, o corpo docente de todas as instituições de ensino tem um papel preponderante para que todas as normas internas e externas das instituições possam ser garantidas. No final de toda essa demanda da legislação encontra-se o professor que faz parte do processo ensino-aprendizagem, portanto cabe aos docentes zelar pela aprendizagem do aluno, elaborar e cumprir planos de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade, inclusive nas ações sobre EA, participando da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (LDB, 1996).

Esta lei visa ainda, colaborar na formação contínua, incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive na integração dos conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração. Esses são preceitos da legislação educacional brasileira.

### **Os Parâmetros Curriculares Nacionais**

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) constituem um referencial de qualidade para a educação em todos os níveis de ensino. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente, daqueles que se encontram isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual.

Segundo Azanha (2001), nos últimos anos, com grande expansão do ensino fundamental em relação a sua qualidade, e altas taxas de evasão e repetência, “essa conclusão baseia-se, em parte, nas análises feitas através de projetos de pesquisa chegando à conclusão que uma tarefa essencial na busca da melhoria da qualidade do ensino passa a ser a de elaborar parâmetros curriculares, capazes de orientar as ações educativas nas escolas”.

Os PCNs podem funcionar como elemento para melhoria da qualidade da educação brasileira, mas não pretendem resolver todos os problemas que afetam a qualidade do ensino e da aprendizagem no país. A busca na qualidade do ensino impõe investimento como na formação inicial e continuada de professores, salários dignos, qualidade dos livros didáticos e

disponibilidade de materiais didáticos. O ensino proposto pela lei de diretrizes e bases está em função do objetivo maior do ensino fundamental, que é o de propiciar a todos, formação básica para a cidadania a partir da criação na escola de condições de aprendizagem para:

- I- O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II- A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III- O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimento e habilidades e a formação de atividades e valores;
- IV- O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Cabe ao Estado investir nas escolas preparando crianças e jovens para o acesso a educação de qualidade para todos e possibilidade de participação social. Para que isso ocorra há necessidade de uma proposta de educação que tenha em vista a qualidade de formação oferecida a todos os estudantes, formando cidadãos capazes de atuar com dignidade na sociedade em que vivem. Cabe ao campo educacional propiciar aos alunos capacidade para vivenciar as diferentes formas e inserção sócio-político e cultural, a escola mais do que nunca tem a necessidade de assumir-se como espaço social de toda e qualquer ação de cidadania.

Os PCNs e os níveis de concretização curricular: *o primeiro nível* é um referencial nacional para o ensino fundamental; estabelecem uma meta educacional para qual devem convergir às ações políticas do Ministério da Educação, com os projetos ligados à formação inicial e continuada, de professores, a análise e compra de livros e outros materiais didáticos e a avaliação nacional. Tem como função subsidiar a elaboração ou a revisão curricular dos estados e municípios, dialogando com as propostas e experiências já existentes, incentivando a discussão pedagógica interna das escolas e a elaboração de projetos educativos, assim como servir de material de reflexão para a prática de professores;

*O segundo nível* diz respeito às propostas curriculares dos estados e municípios. Os parâmetros curriculares nacionais poderão ser utilizados como recurso para adaptações ou elaborações curriculares realizadas pelas secretarias de educação, em um processo definido pelos responsáveis em cada local;

*O terceiro nível* refere-se à elaboração de propostas curriculares de cada instituição escolar, contextualizada na discussão de seu projeto educativo. Entende-se por esse projeto educativo a expressão da identidade de cada escola em um processo dinâmico de discussão,

reflexão e elaboração continuada. Esse processo deve contar com a participação da equipe pedagógica, buscando um comprometimento com o trabalho realizado, com os propósitos discutidos e com a adequação de tal projeto as características sociais e culturais da realidade em que a escola está inserida. É no âmbito do projeto educativo que professores e equipe pedagógica discutem e organizam os objetivos, conteúdos e critérios de avaliação para cada ciclo;

O *quarto nível* é o momento da realização de programação das atividades de ensino e aprendizagem na sala de aula. É quando o professor, segundo as metas estabelecidas na fase de concretização anterior faz sua programação, adequando-a aqueles grupos específicos de alunos. A proposta deve garantir uma distribuição planejada de aula, distribuição dos conteúdos segundo um cronograma referencial, definição das orientações didáticas prioritárias, seleção do material a ser utilizado, planejamento de projetos e sua execução.

Para tal proposta deve haver uma política educacional que contemple a formação inicial e continuada dos professores, revisão de condições salariais e organização de uma estrutura de apoio que favoreça o desenvolvimento do trabalho.

### **A Implantação de um Plano de Ação para Educação Ambiental no Colégio**

Nos últimos anos, vêem-se intensificando as preocupações inerentes a temática EA. Os currículos escolares abordam vários aspectos de ecologia e biologia que são importantes para o desenvolvimento dos alunos. Mas não há uma sensibilização em relação às questões ambientais, como principal preocupação à aprovação. Assim sendo há necessidade de educar a comunidade com o intuito de sensibilizá-la para as questões ambientais, modificando sua postura nociva e adotando posturas benéficas ao equilíbrio ambiental.

Para isso, torna-se necessário uma transformação de toda comunidade escolar, havendo um entendimento de educação ambiental como concepção pedagógica e não apenas como um processo informativo sobre questões e problemas ambientais. Portanto, precisamos estimular os professores a utilizarem novas tecnologias de ensino voltadas para a EA, aproveitando o conhecimento prévio da turma e relaciona-lo com a realidade da escola, visando sensibilizar os alunos sobre as questões ambientais.

Esse processo de sensibilização da comunidade escolar pode atingir tanto o bairro no qual o colégio está inserido, como a comunidade onde residem alunos, professores e funcionários. Os participantes do encontro nacional de políticas e metodologias para a educação ambiental (MEC/SEMAM, 1991) sugeriam, entre outras propostas, que os trabalhos

relacionados à EA na escola, deviam ter como objetivos: “a sensibilização e a conscientização; buscar uma mudança comportamental; formar um cidadão mais atuante”; [...] “sensibilizar o professor, principal promotor da educação ambiental”; [...] “criar condições para que, no ensino formal, a educação ambiental seja um processo contínuo e permanente, através de ações interdisciplinares globalizantes, e da instrumentação dos professores; procurando a integração entre escola e comunidade, objetivando a proteção ambiental em harmonia com o desenvolvimento sustentado” (DIAS, 1992).

Assim, a EA é obrigatória em todos os níveis de ensino de forma interdisciplinar. Os professores de todas as disciplinas devem desenvolver atividades para a educação ambiental, mas existem fatores que podem servir de obstáculos à implantação da EA, como por exemplo, o número de alunos e de professores, predisposição destes professores em passar por um processo de treinamento, vontade da diretoria em programar um projeto de EA que venha alterar a rotina da escola.

Para a implantação de um programa sobre EA, os professores devem indicar possível atribuição pessoal e coletiva, visando tornar o ambiente saudável para o presente e futuras gerações. O colégio pode adotar atividades curriculares e extracurriculares, pode incluir atividades audiovisuais, artísticas e informativas, assistir filmes ou desenhos realizando discussões onde o professor elabore um roteiro com perguntas para serem analisadas e discutidas, sobre as questões que envolvem o ambiente interno e externo da comunidade.

Portanto, deve-se buscar alternativa para a reflexão da mudança não só de comportamento, mas também de mentalidade, apenas assim poderá implantar um projeto sobre EA, devendo ser um trabalho com atitude e formação de valores, de aprendizagem, para formar cidadãos conscientes e comprometidos com o bem estar de toda sociedade.

De acordo com a concepção dos pilares do conhecimento, o nosso grande desafio está em envolver, inicialmente, todas as pessoas que atuam no colégio, em seguida os pais e a comunidade em geral, para que venham fazer parte do nosso fazer pedagógico. Para tanto, pretendemos, na elaboração e execução do Plano de Ação:

**Aprender a Conhecer:** Pretendemos ao longo do segundo semestre de 2010, desenvolver atividades didáticas com os alunos a respeito da problemática ambiental, para conhecer e compreender o meio ambiente e sua importância na qualidade de vida. Com os professores planejar ações que viabilizem trabalhar a importância que tem cada disciplina em sua especificidade para o tema EA.

**Aprender a Fazer:** Com o corpo técnico pedagógico e os funcionários discutir e enfatizar a implantação de um projeto de EA com abrangência para todo o colégio.

**Aprender a Viver Juntos:** Pretendemos despertar no corpo docente e discente e demais pessoas da comunidade escolar e do bairro de Vista Alegre a convivência de se trabalhar em grupo em um mesmo ideal. Despertando o espírito cooperativo e a importância do trabalho em equipe para a elaboração do projeto.

**Aprender a ser:** Incentivarmos no aluno o despertar da consciência do seu papel e seu dever na sociedade como cidadão honesto, e a importância em preservar e conservar o meio ambiente, participando de trabalhos desenvolvidos a respeito da EA pondo em prática seu aprendizado dentro e fora da sala de aula.

Nessa perspectiva, pretendemos colaborar com os professores na construção do conhecimento, através de pesquisa, considerando que todas as disciplinas deverão contribuir nos procedimentos cotidianos. Identificando as estratégias macro para implantação do Plano de Ação a nível experimental, e a construção do projeto definitivo. Ainda em parcerias com os professores, identificar e conhecer a realidade escolar através de observação participativa, no sentido de facilitar o processo ensino-aprendizagem. Com os funcionários estabelecer critérios participativos nas ações, visando bom andamento nas atividades e cumprimento nos roteiros estabelecidos.

Convém salientar, que a parceria com os alunos é para conhecer a realidade natural e as reais necessidades do colégio e da comunidade, buscando analisar, identificar as suas expectativas, difundir os preceitos éticos que permeiam as questões ambientais, incentivando o entendimento sobre o meio ambiente e sua importância para a vida no planeta. Com os pais e a comunidade em geral, para atuar com posturas mais críticas a respeito do meio ambiente, incentivando o sentimento de pertença, oferecendo “aprendizagens”, que favoreçam a participação nas ações sobre a EA.

Enfim, buscamos o entendimento na possibilidade do cuidar, da necessidade de sobrevivência, da dependência da natureza, da concepção de ambiente saudável, dos obstáculos pela falta de conhecimento. Para tanto, deveremos trabalhar a EA no decorrer das atividades desenvolvidas por todas as disciplinas que compõem a matriz curricular, em todos os cursos e em todos os turnos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação é o fator principal na vida do cidadão, sendo um processo lento e persistente que exige por parte da comunidade acadêmica boa vontade e predisposição para que esse processo ocorra com sucesso. Consequentemente é valorizado o papel da educação como agente difusor dos conhecimentos sobre o meio ambiente (CARVALHO, 2002).

Nota-se a necessidade de investir em ações, que contribuam para a mudança de hábitos e sensibilização dos indivíduos. Para isso é importante planejar estratégias para torná-los conscientes e responsáveis, formando cidadãos capazes de exigir seus direitos e cumprir seus deveres. Para tal, os professores devem utilizar recursos para tornar a aula dinâmica e produtiva, orientando o aluno para o cuidado com o meio ambiente, conservando o ambiente saudável no presente e futura geração.

Dessa forma, o quadro socioambiental que caracteriza as sociedades contemporâneas revela que o impacto dos humanos sobre o meio ambiente tem tido consequências cada vez mais complexas, tanto em termos quantitativo quanto qualitativo (MENDONÇA, 2008)

Sendo assim, há necessidade de conscientizar a comunidade sobre os riscos que sua ação tem causado ao meio ambiente, sendo imprescindível o treinamento dos professores, pois sua participação é indispensável. Também é importante o apoio da Secretaria de Educação nas ações compreendidas sobre o meio ambiente, a participação dos pais também é de fundamental importância na educação de seus filhos. Com o debate ambientalista generaliza-se um certo consenso no plano de opinião pública, sobre a urgência de conscientizar os diferentes estratos da população, sobre os problemas ambientais que ameaçam a vida no planeta (CARVALHO, 2002).

Torna-se necessário investir em educação de qualidade, para que os professores possam transmitir de forma adequada, consciente e dinâmica as informações sobre EA que os alunos precisam saber. Essas informações precisam ser passadas para os alunos propondo mudanças sociais e ambientais. Como bióloga e professora, coloco-me à disposição da comunidade escolar do Colégio Estadual Monteiro Lobato, para contribuir sobre ações referentes ao meio ambiente. Acredito que a elaboração de uma proposta sobre EA seja fundamental para a melhoria da qualidade de vida no colégio e na comunidade.

## REFERÊNCIAS:

- AZANHA, José Mario Pires, 2001. *Parâmetros Curriculares Nacionais e Autonomia da Escola*. Disponível em: [http:// www.hottopos.com/harvard3/zemar.htm](http://www.hottopos.com/harvard3/zemar.htm). Acesso em: 20/05/2010
- BAHIA, *Colégio Estadual Monteiro Lobato. [Projeto Pedagógico]*, Salvador-Ba, 2009.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: [http://:www.pedagogiaemfoco.pro.br/19394\\_96.htm](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/19394_96.htm). Acesso 12-05-2010.
- CARVALHO, Isabel C. Moura, 1992. *Educação, Meio Ambiente e Ação Política*. Disponível em: [http:// www.afirmativo. Com.br/pos/admin/apostilas/img](http://www.afirmativo.com.br/pos/admin/apostilas/img). Acesso em: 5/03/2010
- CARVALHO, Isabel C. Moura, 2002. *Qual Educação Ambiental?* Elementos para um Debate sobre Educação Ambiental Popular e Extensão Rural. Disponível em: [http:// www.isabel carvalho. blog.br/pub/artigos/emater.pdf](http://www.isabelcarvalho.blog.br/pub/artigos/emater.pdf). Acesso em: 5/03/2010.
- DIAS, Genebaldo Freire, 2004. *Atitudes Interdisciplinares de Educação Ambiental*. São Paulo: Gaia, 15p.
- DIAS, Genebaldo Freire, 1992. *Educação Ambiental: princípios e praticas*. São Paulo: Gaia.
- FRACALANZA, Hilário, 2004. *As Pesquisas sobre Educação Ambiental no Brasil e as Escolas: alguns comentários preliminares*. Disponível em:[http://www.fe.unicamp.br/formar/produção/pdf/art\\_Hilario\\_CPEA\\_Sul\\_Ago\\_03.pdf](http://www.fe.unicamp.br/formar/produção/pdf/art_Hilario_CPEA_Sul_Ago_03.pdf). Acesso em: 10/03/2010.
- MENDONÇA, Francisco, 2008. *Aspectos da Interação Clima Ambiente-Saúde Humana: da Relação Sociedade-Natureza à (IN) Sustentabilidade Ambiental*. Disponível em: [http://www.unit.br/mestrado/saudeambiental/leitura2008/clima-ambiente-Sa %C3%BAde%20humana%20\(Mendon%C3%A7a%202000\).pdf](http://www.unit.br/mestrado/saudeambiental/leitura2008/clima-ambiente-Sa%C3%BAde%20humana%20(Mendon%C3%A7a%202000).pdf). Acesso em: 7/03/2010
- NOVO, Villaverde, M., 1988. *Educación Ambiental*. Madrid: Ediciones Anaya
- SUREDA, J.; COLOM, A. J., 1989. *Pedagogia Ambiental*. Barcelona: voces.
- UCSAL. 2007. *Normas de Trabalhos Acadêmicos para Formatação e Redação de Monografia Bibliográficas e Eletrônicas Citação e Referência a obras literárias – Ciências Ambientais*. NTA 03 – BIO375-ICB-UCSAL. Salvador. 5p.
- UCSAL. 2007. *Normas de Trabalhos Acadêmicos para Formatação e Redação de Monografia – Ciências Ambientais*. NTA 02 – BIO375-ICB-UCSAL. Salvador. 28p.